



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2017

TURNO SUPLEMENTAR

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no art. 1º, a seguinte alteração ao art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998:

*“Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.*

*Parágrafo único. O procedimento de qualificação de que trata o caput será conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e de acordo com parâmetros fixados em ato do Poder Executivo, observado o disposto no “caput, e nos art. 2º-B e 20 desta Lei.”(NR)*

JUSTIFICAÇÃO

O PLS 427/2017, na forma do Substitutivo aprovado em primeira votação por esta Comissão, não enfrentou o problema da atual redação do art. 1º da Lei nº9.637, que não atende ao disposto no atual Código Civil, onde não mais se emprega a expressão “sem fins lucrativos”, mas “fins não econômicos”. Assim prevê o art. 53 do Código Civil:

*Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.*

*Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.*





**SENADO FEDERAL**

**Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL**

Com efeito, ter fins “não econômicos” significa que o objetivo de uma entidade é de outra natureza, que não a econômica, como, por exemplo, social, ambiental, cultural etc. A atual redação do Código Civil decorre da própria distinção que hoje existe entre as associações, que são o tipo predominante empregado para a constituição de organizações sociais, e as demais sociedades.

Além disso, para o atendimento à Lei Complementar nº 95, é necessário que o dispositivo explicita o conteúdo da norma, e, assim, é necessária a inclusão do parágrafo único, explicitando a sujeição do processo de qualificação aos princípios do “caput” do art. 37 da CF, conforme decidido pelo STF na ADI 1.923.

Sala da Comissão,                      de                      de 2018

**Senador José Pimentel**

PT - CE



SF/18148.45472-98